

---

## **Produção Jornalística nas Emissoras de Rádio Públicas de Joinville: Resultados e Apontamentos<sup>1</sup>**

Bruna HAMMES<sup>2</sup>

Matheus Simões MELLO<sup>3</sup>

Instituto e Centro Educacional Luterano Bom Jesus/Ielusc, Joinville, SC

Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC

### **Resumo**

Este artigo tem como objetivo expor os principais resultados da pesquisa “Produção jornalística nas emissoras de rádio públicas de Joinville” (HAMMES, 2016), que buscou analisar o conteúdo jornalístico veiculado nas públicas/educativas joinvilenses 107,5FM, Udesc FM e Joinville Cultural FM. Partiu-se da hipótese de que estas contavam com um baixo percentual de produção jornalística interna. Adotou-se como corpus a programação veiculada entre os dias 3 e 7 de outubro de 2016. Para fins deste *paper*, reúne-se e interpretam-se os dados recolhidos (por meio de técnicas de análise quantitativas) na investigação supracitada. Como suporte teórico, recorre-se a contributos acerca da radiodifusão pública brasileira.

**Palavras-chave:** radiodifusão pública; radiojornalismo; Joinville; rádio e mídia sonora.

### **Questões Introdutórias**

Em tese, a radiodifusão pública deveria ser um espaço propício para irradiação da pluralidade ideológica, diversidade cultural e conteúdo independente, tornando-se, assim, em uma instância fundamental para a esfera pública. Tais valores, obviamente, também deveriam se estender às produções jornalísticas veiculadas por esse segmento. É justamente dessas premissas que parte nossa motivação para o desenvolvimento do presente artigo, que tem como objetivo expor os principais resultados da pesquisa “Produção jornalística nas emissoras de rádio públicas de Joinville” (HAMMES, 2016).

Nesta, concluída em dezembro de 2016, buscou-se averiguar a produção jornalística das três estações de rádio públicas joinvilenses (107,5, Udesc e Joinville Cultural) em Frequência Modulada (FM). Partiu-se da hipótese de que estas contavam

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no GP Rádio e Mídia Sonora do XVII Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

<sup>2</sup> Graduada (2016) em Comunicação Social – Jornalismo pelo Instituto e Centro Educacional Luterano Bom Jesus/Ielusc, e-mail: [bruna\\_hammes@hotmail.com](mailto:bruna_hammes@hotmail.com).

<sup>3</sup> Doutorando e Mestre (2015) em Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (Posjor/UFSC), e-mail: [senso\\_de\\_humor@hotmail.com](mailto:senso_de_humor@hotmail.com)

com um baixo percentual de produção jornalística interna. Para tanto, estabeleceu-se como período de análise os dias 3, 4, 5, 6 e 7 de outubro de 2016 (de segunda a sexta-feira), posto que nenhuma das emissoras analisadas veicula conteúdos jornalísticos nos finais de semana. Compuseram o corpus, por consequência, 360 horas de programação radiofônica. Através de técnicas de análise quantitativa, do montante total de dados, foi possível separá-lo em categorias e agrupá-las em tabelas e gráficos. Para os fins deste *paper*, focamos na interpretação de tais materiais, dando ênfase a aspectos como: a) número de jornalistas formados em cada emissora; b) percentual de produção jornalística interna e externa (reportagens e redação de notícias/boletins) dentro da programação; c) as editoriais mais inseridas nos programas destinados ao conteúdo jornalístico; d) enfoque geográfico das pautas (regionais, nacionais ou internacionais); e) número de contribuições de repórteres e se estes têm vínculo ou não com as emissoras e; f) porcentagem de material retirado de portais de notícias na internet.

Importante sublinhar que a investigação dos dados apresentados a seguir foi desenvolvida, também, por intermédio de preceitos da Análise de Conteúdo. Esta, conforme Herscovitz (2007), é de grande utilidade para se detectar tendências e enquadramentos ao se dedicar ao objeto empírico, que pode ser composto, por exemplo, por materiais sonoros (HERSCOWITZ, 2007, pp. 123-126).

Em um primeiro momento, centramos nossos esforços em reforçar alguns contornos demarcatórios da radiodifusão pública brasileira, um segmento que, mesmo com mais de oitenta anos de história, ainda segue em construção. A opção por tal enfoque teórico se dá pelo fato de julgarmos ser indispensável inserir as emissoras contempladas no corpus da presente pesquisa em um contexto de sistema público de rádio. Em seguida, expomos rapidamente alguns episódios que marcam o rádio em Joinville e uma breve descrição da Udesc FM, da Joinville Cultural FM e da 107,5FM. Finalmente, expomos os principais resultados obtidos com a pesquisa “Produção jornalística nas emissoras de rádio públicas de Joinville”.

### **Radiodifusão Pública no Brasil: Um Segmento em Construção**

Estabelecer com clareza as linhas limítrofes da radiodifusão pública no Brasil acaba por se tornar tarefa árdua, mesmo para aqueles que centram seus esforços científicos em tal segmento. Ainda que as delimitações entre o público, o estatal e o

privado sejam sinuosas, como veremos neste item, algumas demarcações são dotadas de maior contraste. São justamente estas que irão nos auxiliar na compreensão, inserção e observação das emissoras aqui analisadas.

Antes de nos atentarmos às questões acima referidas, julgamos como necessário explicitar de maneira bem sucinta a trajetória do rádio público brasileiro. Zuculoto (2012, 2015) estipula a criação da rádio MEC – doada em 1936 por Roquette-Pinto para o então Ministério de Educação e Saúde (MES) – como marco inicial do segmento em terras tupiniquins e, a partir daí, divide-o cronologicamente em cinco fases: a) fase pioneira (anos 1920, 1930 e início dos 1940); b) desenvolvimento do educativo (início dos anos 40 ao início dos anos 70, quando surgem estações educativas ligadas às universidades e, com a ditadura militar, emissoras como Nacional, MEC e Cultura de SP sofrem retaliações); c) fase de ouro (décadas de 70 e 80, quando surgiram sistemas com SINRED e Minerva<sup>4</sup>); d) explosão das FMs universitárias (anos 90); e) fase de construção do sistema público (anos 2000).

É justamente no fim da fase de ouro do rádio público brasileiro, mais precisamente em 1988, que se verifica um dos episódios mais relevantes na discussão do conceito de radiodifusão pública. Na Constituição daquele ano, o artigo 223 prevê os sistemas público, estatal e privado de comunicação e a complementaridade entre tais instâncias.

Em tese, o sistema estatal faria prestação de serviços do governo e apresentaria à população o ponto de vista governamental como componente da variedade de pontos de vista da democracia midiática. O sistema público também como componente importante da variedade democrática seria porta-voz da sociedade, oferecendo pluralidade de opinião e de diversidade cultural sem intermediação do governo ou de interesses da iniciativa privada. Na prática, essa complementaridade nunca se efetivou e, historicamente, acabou por haver um predomínio das emissoras privadas (CURADO; BIANCO, 2014, p. 5).

A citação transcrita acima nos indica que tanto as separações quanto a complementaridade propostas são difusas. Ao defender que a questão do sistema

---

<sup>4</sup> O Sistema Nacional de Radiodifusão Educativa (SINRED) foi uma iniciativa desenvolvida para integrar as emissoras de cunho educativo, o que possibilitou coproduções e transmissões em rede. Um dos projetos de maior destaque à época foi o Minerva, este dedicado ao ensino através das ondas radiofônicas (ZUCULOTO, 2015, p.73).

público remete a um debate mais amplo sobre a comunicação pública, Pinheiro (2016, pp. 388-393) ressalta a importância de se “eliminar as lacunas conceituais existentes no âmbito da mesma (PINHEIRO, 2016, p. 393)”.

Outro problema diagnosticado por Pinheiro é a pretensa dissociação dos sistemas estatal e público. O autor cita Murilo César Ramos para expressar o equívoco de se separar tais instâncias, “[...] como se um pudesse existir sem o outro, além de induzir a uma confusão conceitual entre Estado e governo, como se aquele pudesse se reduzir a este” (RAMOS apud PINHEIRO, 2016, p. 393). Ainda sobre o mesmo problema, Zuculoto (2012, pp. 15-16) adota postura parecida ao classificar tal ponto como enigmático e, logo em seguida, defender que o estatal pode e deve ser público.

Apesar de Pinheiro apontar a Lei nº 11.652/2008 – que diz respeito aos princípios e objetivos das emissoras controladas direta ou indiretamente pelo Poder Executivo e à criação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) – como “[...] a contribuição infraconstitucional até então mais sólida no que se refere a uma tentativa de minimizar as sombras que pairam sobre a distinção entre os sistemas [...]” (PINHEIRO, 2016, p. 394), Zuculoto expressa que, mesmo mais de oito décadas após o surgimento do segmento no Brasil, o rádio público segue se constituindo e emaranhando-se com o sistema estatal, visto que as emissoras não-comerciais, tais quais as educativas, universitárias e culturais, são majoritariamente vinculadas aos três poderes da Nação, especialmente ao Executivo (ZUCULOTO, 2012, p. 65).

Ao analisar a visão de vários pesquisadores sobre a radiodifusão pública brasileira, Curado e Bianco visam se debruçar em tal paradigma e explicitam alguns aspectos importantes. Observam o agrupamento do estatal e do público no grupo das “não-comerciais”, no qual estão inseridas aquelas criadas e geridas por órgãos públicos (CURADO; BIANCO, 2014, pp. 5-6). Mais adiante, as autoras averiguam que:

Para a maioria dos autores de artigos científicos analisados, espera-se que uma emissora pública se caracterize pela difusão de conteúdo cultural, educativo, artístico, informativo e a incessante busca pela imparcialidade e a pluralidade, além de possuir grade de programação heterogênea que espelhe a diversidade cultural do país (CURADO; BIANCO, 2014, p. 9).

Curado e Bianco acrescentam que a radiodifusão pública deve fornecer informação qualificada e isenta de qualquer tipo de influência. As características elucidadas pelas pesquisadoras, no entanto, conforme a opinião expressa nos artigos analisados, são apenas parcialmente contempladas pela maior parte das emissoras desse segmento.

Por sua vez, Pinheiro realça pontos como “valorização da cidadania”, a consolidação do direito à comunicação e a veiculação das mais variadas vozes por meio da participação da sociedade nas discussões e na construção do modelo público num contexto tecnológico, sendo este o enfoque central de seu artigo (PINHEIRO, 2016, p.389). Posteriormente, o autor focaliza no documento *Public Broadcasting: Why? How?*<sup>5</sup>, produzido pela Unesco. Em suma, Pinheiro evidencia a universalidade, diversidade, independência e diferenciação como os pilares centrais do referido documento. Após tal explicitação, inclui a “reinvenção” como atributo indispensável, entendendo-a como via de estruturação do segmento com a participação social (PINHEIRO, 2016, p.395).

Já Zuculoto, ao se debruçar sobre o que é veiculado, ressalta que o conteúdo abarca temas que não são abordados pelo privado, apesar de as emissoras ainda estarem distantes das almeçadas “distinção, inovação e diferenciação”. Além disso, pondera que nos quesitos formato e texto, não há disparidades consideráveis entre públicas e comerciais. Nota-se, portanto, conforme a referida autora, um modelo mais presente nos objetivos e na linha editorial do que propriamente no conteúdo irradiado (ZUCULOTO, 2012, p.237).

Embora não seja o cerne da reflexão sobre um modelo de radiodifusão pública, as questões administrativas e de financiamento também permeiam as contribuições de Curado e Bianco (2014). As autoras dão evidência a pesquisadores que contextualizam o sistema público brasileiro com o que é desenvolvido em outros países; que mencionam a importância das noções de serviço público europeu e interesse público estadunidense para a radiodifusão pública nessas localidades; que enfatizam o distanciamento político pregado no telejornalismo britânico e o contrapõem com o alinhamento com interesses políticos verificado no Brasil; que criticam a questão das

---

<sup>5</sup> 2011. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001240/124058eo.pdf>> Acessado em 08 jul. 2017.

concessões e suas blindagens contra cassações. Por fim, expõem trechos que conferem aos governos ditatoriais de Getúlio Vargas e dos militares, grande parte das heranças presentes até hoje na radiodifusão pública, além da consolidação do sistema privado durante tais períodos governamentais (CURADO; BIANCO, 2014, pp. 5-7).

Ainda com relação ao exposto por Curado e Bianco, estas mostraram que a maioria dos artigos inerentes ao corpus analisado frisa a necessidade de se diversificar a captação de recursos, o que garantiria independência parcial ou total das verbas estatais. No modelo dos Estados Unidos, por exemplo, emissoras públicas/estatais são entendidas como tal de acordo com seu conteúdo atrelado ao interesse público, e não a seus meios de arrecadação. Abandonar a dependência exclusiva do financiamento governamental resguardaria, segundo Curado e Bianco, a radiodifusão pública da apropriação desta para fins de manipulação política (CURADO; BIANCO, 2014, pp. 9-13).

Os esforços para clarear as fronteiras da radiodifusão pública brasileira, seja no âmbito dos conteúdos, propósitos ou modelos de gestão, escancara que o segmento segue num processo constante de organização. Trechos como: “A única unanimidade doutrinária quanto ao conceito de serviço público é, possivelmente, a dificuldade de defini-lo com precisão” (WIMMER; PIERANTI apud CURADO; BIANCO, 2014, p. 13) ou; “[...] há, contudo, plena consciência de que permanecem abertos e ativos os debates que se referem à definição de Comunicação Pública. Trata-se [...] de um “conceito em construção”” (PINHEIRO, 2016, p. 389) vão ao encontro do exposto por Zuculoto nas considerações finais de seu livro sobre a programação das rádios públicas brasileiras (2012):

E mesmo o conceito brasileiro de rádio público, assim como de seu modelo de programação, ainda é difuso e aberto. Na prática, nas transmissões diárias das centenas de estações do segmento não comercial — o anteriormente chamado de educativo - Brasil afora, também se continua sem poder afirmar que veiculam produções efetivamente públicas (ZUCULOTO, 2012, p. 233).

As indefinições quanto ao sistema de rádio público no Brasil não nos impedem, entretanto, de apontar emissoras pertencentes a tal segmento, ainda que estas possam nutrir discrepâncias entre si. Como já explicitado no início deste artigo, propomo-nos a

analisar a produção jornalística do rádio público de Joinville, Santa Catarina. E, como veremos a seguir, estas apresentam aspectos de gestão, conteúdo e programação com algumas variações. Não obstante, podemos agrupá-las em uma mesma segmentação, partindo da premissa de que são “emissoras sem fins lucrativos que podem ser mantidas pelo governo federal, estadual, municipal, fundação ou universidade” (MUSTAFÁ, 2016, p. 409).

### **Rádio em Joinville: Momentos, Personagens e Descrição das Emissoras Públicas**

Pouco se sabe sobre a história do rádio em Joinville desde o seu início, pois existem pouquíssimos resquícios de seus primeiros passos. Duas das escassas contribuições acadêmicas sobre o tema são de Golembieski (2009) e Mustafá (2009). Na última obra referida, a pesquisadora indica que a emissora pioneira na cidade mais populosa do estado catarinense, e a segunda em Santa Catarina, foi a Rádio Difusora AM em 1941 (MUSTAFÁ, 2009, p. 37). Antes da “inauguração” da primeira emissora na cidade por Wolfgang Brosig, os joinvilenses ouviam estações de âmbito nacional e internacional, tais como a Excelsior e Escuela Universal, da Argentina.

O primeiro locutor da primeira emissora de Joinville foi Jota Gonçalves. Em julho de 1959, Gonçalves fundou oficialmente a Rádio Cultura AM, a terceira do município, visto que a segunda foi a Rádio Colon AM, fundada por Pedro Colin (MUSTAFÁ, 2009, p. 55).

Dentro da programação das três primeiras emissoras de Joinville, buscava-se fazer jornalismo e, ao mesmo tempo, transpor as limitações profissionais e técnicas enfrentadas. Golembieski especifica a programação de cada uma delas: a Difusora dava espaço ao estilo sertanejo e era inclinada à comunicação popular, e, ainda que desenvolvesse jornalismo de qualidade, faltava ousadia; a Colon, por sua vez, tinha um perfil mais elitizado e era quase inteiramente política; já a Cultura se destacava por seu pioneirismo na região, em ações como buscar informações longe do estúdio para passar aos seus ouvintes (GOLEMBIESKI, 2009, p. 17).

Um dos principais personagens do radiojornalismo joinvilense, sem sombra de dúvidas, foi José Eli Francisco. Este era responsável por levar aos ouvintes “jornalismo de primeira” ao apresentar o noticiário do meio-dia da Cultura, “O Grande Jornal da Tarde”. Em entrevista, o referido radialista reforça as dificuldades de se produzir



---

conteúdo jornalístico e expressa que, mesmo com tais limitações e alta carga horária de trabalho, fazia-se jornalismo (FRANCISCO apud GOLEMBIESKI, 2009, p. 19).

Atualmente em Joinville, existem nove emissoras de rádio que funcionam em FM: 89, Jovem Pan Joinville, Itapema, Nativa, Atlântida, Rádio Máxima, 107,5, Udesc e Joinville Cultural. São justamente as três últimas citadas que se inserem no âmbito da radiodifusão pública e estão, reiteramos, no nosso enfoque de análise.

A rádio 107,5, desde seu início em 31 de dezembro de 2005, tem sua programação voltada ao público religioso, especificamente aos evangélicos. Isso porque a emissora é controlada por membros da Assembleia de Deus de Joinville. Compõem a grade de programação, além das músicas gospel (tanto nacional quanto internacional), programas informativos como um rádiojornal e boletins de notícias<sup>6</sup>.

A Rádio Udesc 91,9MHz foi inaugurada em 1996, aproveitando a onda de disseminação de FMs universitárias por todo o país. A filial joinvilense foi a primeira a ser experimentada na rede da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), que também conta com emissoras em Florianópolis e Lages. Adotou-se, num primeiro momento, programação musical com amplo destaque à Música Popular Brasileira (MPB) e com programas de cunho jornalístico. Hoje, a emissora conta com produções variadas dedicadas à educação, cultura, entretenimento e informação<sup>7</sup>.

Quanto à Rádio Educativa Joinville Cultural, esta entrou no ar, oficialmente, em 3 de outubro de 2012. Pertencente à Prefeitura de Joinville, a emissora tem como linha editorial o tripé “informação, cultura e cidadania”. Suas ondas ultrapassam os limites joinvilenses e podem ser captadas em todo o Norte catarinense pela frequência 105,1MHz. A programação desta, além da produção jornalística, é composta por conteúdo musical (especialmente na madrugada e nos finais de semana) e programas de variedades e entretenimento, como “Manhã Educativa FM”, “Tarde Educativa” e “Revista 105,1”<sup>8</sup>.

### **Jornalismo no Rádio Público Joinvilense**

Primeiramente, centremos nossos olhares para a 107,5, administrada pelo núcleo da igreja Assembleia de Deus em Joinville. Das 120 horas analisadas, 4h12min

---

<sup>6</sup> Ver Hammes (2016, pp. 44-48).

<sup>7</sup> Ver Hammes (2016, pp. 48-51).

<sup>8</sup> Ver Hammes (2016, pp. 40-44).



pertenceram ao “107 Notícias” (de segunda a sexta, das 7h às 8h), um dos dois programas com conteúdo jornalístico. O outro, intitulado “Giro de Notícias” – boletim informativo que vai ao ar seis vezes ao dia, também de segunda a sexta-feira – teve, somando o tempo das trinta edições do período de análise, 1h03min de espaço. Assim sendo, aproximadamente 4,3% da programação semanal da rádio 107,5 FM foi destinada à produção jornalística.

No decorrer das análises, o “107 Notícias” não teve a participação de nenhum repórter e nenhuma entrada ao vivo de fora do estúdio. Apenas o apresentador (Elinéias Fabrício, sem formação em Jornalismo) fez a locução das notícias. O boletim “Giro de Notícias” também não teve a inclusão externas ou outras vozes. Algo considerável, posto que este deve ter, no máximo, 2min30s de duração.

No que tange o conteúdo noticioso, incluindo os dois programas jornalísticos, foram veiculadas 92 notícias diferentes. Se estas forem separadas por editorias, chegaremos ao seguinte resultado: política (49%); esporte (18%); economia (13%); segurança (9%); trânsito (7%); educação (2%); e notas de serviço e mundo (2%). Ao considerarmos o enfoque geográfico das pautas, reparar-se-á que a maior parte das notícias foi de nível nacional, totalizando 58 (em torno de 63%), enquanto as regionais – que abordem somente Joinville e municípios próximos – contabilizaram 29 (cerca de 31,5%). As cinco notícias restantes (aproximadamente 5,5%) continham informações internacionais.

No decorrer das audições dos programas da 107,5, não foi possível saber de onde as notícias eram provenientes (se de produção interna ou de outrem). A partir de tal encruzilhada, procurou-se texto por texto na internet. Tal esforço nos fez concluir que todo o conteúdo irradiado foi coletado – e lido na íntegra, sem qualquer tipo de edição – em portais de notícias como *GI*, *Grupo RBS*, *O Sol Diário* e *Globoesporte.com*. Todos os textos, em momento algum, foram devidamente referenciados (daí a necessidade de buscá-los na rede). Nada foi redigido por alguém da emissora. Vale salientar que não há, até a data da produção deste artigo, nenhum jornalista formado atuando na 107,5.

No tocante às análises da programação da Rádio Udesc, 2h36min (aproximadamente 2,3%) da programação foram destinadas à produção jornalística, por meio do “Jornal Udesc Cidade”. O JUC, como é conhecido, vai ao ar de segunda a sexta, geralmente das 12h às 12h45. É apresentado por dois âncoras, Sérgio Sestrem e

Leila Torres, sendo o primeiro graduado em Matemática (mas com experiência profissional em meios de comunicação) e a segunda formada em Jornalismo.

Ao todo, 43 notícias compuseram as cinco edições investigadas. Separadas por editoria, tem-se as seguintes porcentagens aproximadas: política (21%); serviço (21%); Udesc (16%); cultura (14%); trânsito (12%); educação e economia (5%); e clima, saúde e tecnologia (2% cada). A maior parte das notícias abordou temas condizentes a Joinville e região (29, cerca de 67,4% do total). As outras 14 pautas (aproximadamente 32,6%) referiram-se a demais regiões de Santa Catarina e do Brasil. Nenhuma informação de nível internacional foi veiculada no decorrer do período de análise.

Do montante total de notícias, apenas seis (aproximadamente 14%) são da autoria de funcionários. Todas as outras 37, portanto, foram adquiridas em sítios eletrônicos diversos. Além disso, 19 reportagens foram ao ar. Destas, somente três – todas da jornalista Leila Torres – são produções internas. Os autores das outras dezesseis reportagens são profissionais sem qualquer tipo de vínculo com a emissora, sendo estes pertencentes a redes de notícias como, por exemplo, a Associação Catarinense de Emissoras de Rádio e Televisão (Acaert).

A terceira e última emissora analisada, a Joinville Cultural, somou apenas 2h06min (1,75%) de produção jornalística durante o período de análise. Além do boletim local dentro do “Repórter Brasil”<sup>9</sup> (com duração média de 1min20s), que vai ao ar de segunda a sexta, das 7h às 8h e do meio-dia às 13h<sup>10</sup>, a emissora possui duas edições do radiojornal “Repórter Joinville” (de segunda a sexta-feira, das 7h45 às 8h e das 11h50 ao meio-dia). A ancoragem dos noticiários é revezada por dois jornalistas formados: Paulo Martini e Jefferson Corrêa. Somados a estes, mais três profissionais graduados em Jornalismo têm vínculo com a Joinville Cultural.

As duas edições do “Repórter Joinville”, mais o boletim transmitido da Joinville Cultural para o “Repórter Brasil”, contabilizaram 48 notícias. Separadas por editoria deparamo-nos com os resultados que seguem: política (30%); trânsito (22%); serviço (15%); educação (11%); segurança (9%); saúde (7%); esporte (4%); e meio ambiente (2%). Agrupadas por enfoque geográfico, apenas 12 (25%) das notícias abordaram temas regionais, enquanto o restante envolveu pautas de nível nacional (75%). Nenhum conteúdo jornalístico internacional foi levado ao ar.

<sup>9</sup> Por se tratar de uma produção da EBC, o conteúdo nacional do “Repórter Brasil” não foi inserido no corpus da pesquisa.

<sup>10</sup> Somente a primeira edição do “Repórter Brasil” prevê um espaço para o boletim local.

Ademais, 29 repórteres contribuíram com reportagens nas edições averiguadas. No entanto, num cenário quase idêntico ao observado na Udesc FM, todos estes são vinculados a agências de notícias. O número de repórteres ‘terceiros’ só não foi maior pelo fato de a segunda edição do “Repórter Joinville” ter veiculado os mesmos materiais da primeira (ambas só se diferem pelo tempo de duração, sendo a primeira maior que a segunda). Quanto ao número de notícias redigidas internamente por funcionários vinculados à emissora, constatou-se que onze delas (em torno de 23%) se inserem nesse contexto.

Reunindo os resultados obtidos na análise, podemos afirmar que das 320 horas de programação radiofônica analisadas, entre 3 e 7 de outubro de 2016, 9h57min (2,76%) foram reservadas ao radiojornalismo. Ao todo, irradiaram-se 183 notícias/boletins informativos, sendo apenas 17 (aproximadamente 9,3%) redigidas por funcionários das emissoras. Quanto às reportagens, 3 das 48 veiculadas (6,25%) foram produzidas internamente. É necessário lembrar que a 107,5 não produziu nenhuma notícia, apenas leu na íntegra e sem qualquer tipo de edição as que já estavam acessíveis em portais na internet – mecanismo adotado em mais de 90% dos textos irradiados durante nosso período de análise.

No que tange às editorias do conteúdo jornalístico transmitido aos ouvintes, destacamos o percentual expressivo destinado às notícias de política, que ocuparam no mínimo 20% da programação jornalística das emissoras, e os 16% reservados às informações da Udesc no veículo que esta universidade detém.

Quanto ao enfoque geográfico das pautas, observamos que 69 delas (em torno de 37,7%) abordaram temas inerentes a Joinville e localidades próximas, menos do que as 109 de nível nacional (aproximadamente 59,6%). As cinco matérias/boletins restantes (2,7% do total) preocuparam-se com assuntos internacionais. Somente a Udesc dedicou a maior parte do seu conteúdo jornalístico aos temas de Joinville e região.

### **Considerações Finais**

Este artigo teve como intuito expor os principais resultados da pesquisa “Produção jornalística nas emissoras de rádio públicas de Joinville”, concluída em dezembro de 2016. Para tanto, em um primeiro momento, foi necessário assinalar as características empírico-metodológicas da investigação mencionada, elucidando os

tópicos que seriam contemplados neste *paper*. Em seguida, foram expostas algumas conjecturas sobre a definição do conceito de radiodifusão pública no Brasil, um segmento que, como foi expresso, ainda é circundado por indefinições. Logo após, foram explicitados momentos e personagens-chave da história do rádio em Joinville, além de uma breve descrição das três emissoras aqui analisadas. Por fim, os dados logrados no estudo supracitado foram apresentados.

Antes de prosseguirmos, é preciso ratificar que concentramos nossos olhares na produção jornalística, sendo impossível, portanto, tecer qualquer tipo de reflexão mais ampla acerca das emissoras analisadas e o cumprimento das obrigações e legislações alusivas às detentoras de concessão pública/educativa.

Outro ponto a ser assinalado é a separação proposta por editoriais. Embora entendamos que o percentual destinado às pautas políticas seja algo que mereça atenção, assim como o tempo reservado às informações da Udesc na emissora homônima, não é possível averiguar, baseados nos números indicados neste artigo, se há influências pessoais ou institucionais na produção jornalística do rádio público de Joinville. Em que pese à advertência de Zuculoto (2012, p. 189) para com a possibilidade de interferências nesse segmento, seriam necessários outros métodos de análise para tratar do tema.

Agrupar as notícias, reportagens e boletins irradiados por enfoque geográfico nos possibilitou tomar conhecimento de que o rádio público joinvilense dá maior espaço às pautas nacionais do que regionais. É importante ponderar que tal panorama não pode ser associado à prática jornalística rotineira, especialmente em veículos especializados, de prospectar o que está em voga nos principais veículos jornalísticos nacionais e internacionais. Como visto, trata-se de mera coleta de textos noticiosos em sítios eletrônicos diversos. Ao focar na já mencionada lei responsável pela criação da EBC, Mustafá (2015, p. 87) pontua que uma das especificações contidas no documento condiz com o estímulo à produção regional e independente. Orientação que, dessa forma, vai de encontro à postura adotada pelas emissoras analisadas.

O número de seis profissionais formados em Jornalismo (sendo que, reforçamos, a 107,5 não possui nenhum jornalista) é algo que pode ser associado a praticamente todos os números obtidos. Contar com pelo menos um profissional especializado foi o suficiente para que duas das três emissoras tivessem algum tipo de produção jornalística interna. Contudo, seríamos demasiadamente otimistas se esperássemos que veículos desse segmento, com baixo contingente especializado e situados em municípios

periféricos – que, independentemente do tamanho ou protagonismo econômico, não tem a pujança de grandes capitais – desenvolvam conteúdo jornalístico muito próximo do que se espera da radiodifusão pública.

A vista disso, cremos que as contribuições de Avrella (2015), ao investigar a produção jornalística em rádios do noroeste gaúcho, são extremamente úteis para a compreensão da conjuntura verificada em Joinville – mesmo que Seberi e Frederico Westphalen, cidades contempladas pelo corpus adotado pela pesquisadora, sejam consideravelmente menores que a maior cidade de Santa Catarina. Em sua pesquisa, Avrella identifica uma série de características inerentes ao radiojornalismo local. Interessante perceber que muitas delas se adequam às emissoras de rádio públicas joinvilenses, mesmo que Avrella tenha se debruçado perante veículos privados/comerciais. Dentre elas, acentuamos a mera reprodução de releases enviados via e-mail e textos retirados de jornais ou demais veículos, o que pode ser explicado, entre outros fatores, por falta de qualificação profissional e acúmulo de funções (AVRELLA, 2015, pp. 227-228).

Tomando como base o que foi enfatizado acima e a advertência da referida autora, ao afirmar que “as informações contidas nesse estudo [...] podem representar a situação atual do radiojornalismo local nas pequenas emissoras de todo o Brasil” (AVRELLA, 2015, p. 237), podemos afirmar que, quanto à produção jornalística, as emissoras 107,5, Udesc e Joinville Cultural dotam de feições mais semelhantes aos veículos radiofônicos locais, sejam eles públicos ou privados, do que do modelo de radiodifusão pública que, mesmo em construção, está longe da abstração.

Vale ser ressaltado que os legitimados meios de Comunicação Pública do Brasil, principalmente aqueles ligados à Radiodifusão, são mantidos por recursos também públicos e, por isso mesmo, devem ter entre as suas premissas fundamentais a de ser uma via plural e democrática de produção e propagação da informação e do conhecimento para a sociedade em geral (PINHEIRO, 2016, p.389).

Ainda que o ‘jornal falado’ tenha sido muito comum na primeira metade do século passado, “no jornalismo radiofônico, não basta apenas a reprodução dos acontecimentos veiculados nos jornais locais ou disponibilizados pelas assessorias de imprensa” (AVRELLA, 2015, p. 97). Ao longo dos anos, o rádio se destacou como um veículo de comunicação ágil para transmissão de notícias. O fato de ser instantâneo e

poder noticiar um fato *in loco* são uma das melhores, se não a melhor característica do rádio. Ademais, o âmbito público da radiofonia propicia, *a priori*, espaço fértil para a elaboração de produtos, jornalísticos ou não, que se diferenciem do que é irradiado por emissoras comerciais. Se levarmos em conta que, durante nosso período de análise, não se verificou entradas externas ao vivo, veiculação de reportagens de autoria interna e dedicação especial às demandas locais, podemos observar que o rádio público joinvilense não aproveita as potencialidades ocasionadas pelos referidos meio e segmento.

## REFERÊNCIAS

AVRELLA, B.. **O Radiojornalismo local em pequenas emissoras**: um estudo das rádios Luz e Alegria AM e Seberi AM. Dissertação (Mestrado). 258 f. Universidade Federal de Santa Catarina – Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Florianópolis, SC, 2014.

CURADO, C. C.; BIANCO, N. R. D.. **O conceito de Radiodifusão Pública na visão de pesquisadores brasileiros**. CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 37, Foz do Iguaçu, PR, 2014.

GOLEMBIESKI, D. C.. **Cultura AM 1250 50 anos**: uma história contada ao vivo todos os dias. Joinville: Ag. Mega Marketing de Experiência, 2009.

HAMMES, B.. **Produção jornalística nas emissoras de rádio públicas de Joinville**. Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia). 81f. Instituto Superior e Centro Educacional Bom Jesus/Ielusc – Bacharelado em Comunicação Social (Jornalismo), Joinville, SC, 2016.

HERSCOWITZ, H. G.. Análise de conteúdo em Jornalismo. In: LAGO, C.; BENETTI, M. (Orgs.). **Metodologia de Pesquisa em Jornalismo**. Petrópolis: Vozes, 2007.

MUSTAFÁ, I. **Alô, Alô, Joinville! Está no ar a Rádio Difusora!** A radiodifusão em Joinville/SC (1941-1961). Joinville: Casamarca Ecodesign, 2009.

\_\_\_\_\_. As rádios públicas do Rio de Janeiro e as novas tecnologias do século 21: o que mudou na interação com os ouvintes e na produção de conteúdos? In: ZUCULOTO, V. R. M.; LÓPEZ, D.; KISCHINHEVSKY, M (Orgs.). **Estudos radiofônicos no Brasil**: 25 anos do Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora da Intercom. São Paulo: INTERCOM, 2016, pp. 406-420.

\_\_\_\_\_. Rádio pública cá e lá: o conteúdo da Antena 1 (Portugal) e da Rádio Nacional de Brasília. In: PRATA, N.; OLIVEIRA, M. (Orgs.). **Rádio em Portugal e no Brasil**: trajetória e cenários. Braga: CECS – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, 2015, pp. 85-98.

PINHEIRO, E. B. B.. O serviço de radiodifusão pública no contexto da “Cultura de Conexão”. In: ZUCULOTO, V. R. M.; LÓPEZ, D.; KISCHINHEVSKY, M (Orgs.).. **Estudos radiofônicos no Brasil: 25 anos do Grupo de Pesquisa Rádio e Mídia Sonora da Intercom**. São Paulo: INTERCOM, 2016.

ZUCULOTO, V. R. M.. **A programação de rádios públicas brasileiras**. Florianópolis: Insular, 2012.

\_\_\_\_\_. O rádio público no Brasil: resgate histórico e transformações contemporâneas das rádios Nacional e MEC do Rio de Janeiro. In: PRATA, N.; OLIVEIRA, M. (Orgs.). **Rádio em Portugal e no Brasil: trajetória e cenários**. Braga: CECS – Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, 2015.